

Clipping n° 1134

, 18 Fevereiro 2013 - 11:26:32

ABTG realiza curso sobre redução de desperdícios No dia 26 de fevereiro a ABTG oferecerá o curso "O que o colaborador da gráfica precisa saber para reduzir desperdícios na pré-impressão, impressão e pós-impressão". Serão abordados temas como conceito de desperdício, modelos de produção e de gestão empresarial, identificação de desperdícios no processo gráfico e soluções para o problema. O investimento necessário é de R\$ 290 para associados, ao passo que estudantes pagam R\$ 190 e não associados pagam R\$ 390. O workshop será ministrado por Rosana Aléssio das 9h às 18h no Auditório da ABTG (Rua Bresser, 2.315, na Mooca, em São Paulo). As inscrições devem ser feitas online. Mais informações podem ser obtidas por e-mail: curso@abtg.org.br. Abigraf

Inadimplência do consumidor inicia o ano com queda de 1,5% O Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor abriu o ano com queda de 1,5% em janeiro de 2013, na comparação com o mês imediatamente anterior, representando o terceiro recuo mensal consecutivo. Na relação anual janeiro deste ano contra o mesmo mês do ano passado, a inadimplência do consumidor registrou crescimento de 12,9%. Segundo os economistas da Serasa Experian, os principais motivos para a queda de 1,5% do indicador em janeiro são o aumento das renegociações de dívidas, os juros reduzidos, o desemprego baixo, além do menor ritmo de crescimento do endividamento no ano passado (2012). Como a inadimplência do consumidor está seguindo uma trajetória decrescente, este é um bom momento para o consumidor colocar sua vida financeira em ordem, ressaltam os economistas. As dívidas não bancárias (junto aos cartões de crédito, financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviços como telefonia e fornecimento de energia elétrica, água etc.) e a inadimplência com os bancos foram as responsáveis pela queda do indicador com variação negativa de 0,5% e 3,3%, contribuindo negativamente com 0,2% e 1,5%, respectivamente. Os títulos protestados apresentaram variação positiva de 14,8% (contribuiu com 0,2 p.p.) e colaboraram para que o índice não caísse ainda mais em janeiro de 2013. Abigraf

Confira como voltar a pagar o INSS para se aposentar O segurado que deixou de contribuir com o INSS após julho de 1994 deve ficar atento para não se aposentar com apenas um salário mínimo. O Agora mostra como esse trabalhador pode voltar a realizar os pagamentos para obter o benefício por idade e incrementar a aposentadoria. O que muitos não sabem é que, em 1999, a Previdência Social alterou as regras para o cálculo do benefício e criou um mecanismo chamado de divisor mínimo, que é aplicado nos casos em que o segurado tem poucas contribuições depois de julho de 1994. Esse mecanismo pode gerar reduções expressivas nas aposentadorias solicitadas. A regra tem como objetivo evitar que os segurados com poucas contribuições após julho de 1994 consigam um benefício próximo ao teto. Agora SP

Tribunal dá mais atrasados na aposentadoria especial O TRF 4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que atende o Sul, mandou o INSS pagar atrasados maiores a uma segurada que conseguiu a aposentadoria especial na Justiça. Ficou garantida a grana desde o pedido no posto. O órgão também foi proibido de cortar o benefício do aposentado especial que volta a trabalhar

em atividade nociva. O INSS queria pagar os atrasados só desde a a ç ão, em 2009. No processo, tentou usar a regra que pro íbe o aposentado especial de voltar a trabalhar com agentes nocivos para reduzir a grana que é devida à segurada. A Justiça disse, por ém, que as diferen ças deveriam ser pagas desde o pedido no posto, em maio de 2008 --cerca de um ano a mais de atrasados. A decis ão é vit ória dupla dos segurados, pois, al ém de reconhecer a atividade prejudicial à sa úde de uma profissional que era aut ônomia, derrubou a regra que prev ê o corte do benef ício do aposentado especial que continua trabalhando em atividade especial. Por maioria, o TRF 4 considerou inconstitucional um trecho da lei. Agora SP

Vetos presidenciais: aten ç ão redobrada com Emenda 3 Parlamentares podem manter os vetos e liberar bancadas para apreciar o que trata da lei que redistribuiu os royalties do petr óleo. Governo esta apreensivo com perda de receita. Dentre os 3.025 vetos presidenciais que podem ser analisados pelo Congresso Nacional (sess ão conjunta da C âmara e do Senado) a projetos aprovados nos últimos anos, o DIAP destaca o veto à Emenda 3, do ex-presidente Luiz In ácio Lula da Silva ao sancionar a Lei 11.457/2007. O dispositivo vetado obrigava o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de servi ço para manter o recebimento do sal ário. Estabelece, ainda, a necessidade de decis ão judicial para a autoridade fiscal considerar existente a rela ç ão de trabalho entre empresas contratantes e empresas de uma pessoa s ó. Vetado pelo presidente da Rep ública, a emenda traz graves conseq ü ências sobre as rela ç ões de trabalho e os cofres p úblicos, porque impede o fiscal do Trabalho de fiscalizar, mesmo as situa ç ões fraudulentas, na medida em que essa atribui ç ão deixaria de ser de sua compet ência e passaria a ser de responsabilidade exclusiva da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho, por sua vez, s ó age sob provoca ç ão e como o fiscal n ão pode provoc á-la, apenas o prejudicado, o ex-empregado, e agora prestador de servi ço, jamais ir á question á-la na Justiça, porque, ao buscar o acess ório, corre o risco de perder o principal o trabalho. A transfer ência dessa atribui ç ão para a Justiça do Trabalho significaria, na pr ática, a legaliza ç ão da fraude, porque, al ém de o trabalhador n ão querer ou poder reclamar, para n ão perder o seu ganha p ão, a Justiça do Trabalho n ão teria pessoal nem magistrados para atender a essa nova atribui ç ão. Se atualmente ela leva em m édia dez anos para decidir um processo, imagine se tiver que aumentar ainda mais sua carga de trabalho. Imp õe-se, assim, a manuten ç ão do veto pelo Congresso, sob pena de agress ão aos direitos dos trabalhadores e aos cofres p úblicos, bem como encontrar uma solu ç ão que resolva o problema de natureza tribut ária. **Outros vetos** Veja o veto à Emenda 3 e outros que podem ser votados nesta sess ão do Congresso:- **Item 6 (p ág. 6)**

Emenda 3 - Obriga o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de servi ço para manter o recebimento do sal ário § 4o No exerc ício das atribui ç ões da autoridade fiscal de que trata esta Lei, a desconsidera ç ão da pessoa, ato ou neg ócio jur ídico que implique reconhecimento de rela ç ão de trabalho, com ou sem v ínculo empregat ício, dever á sempre ser precedida de decis ão judicial. (NR)- **Item 99 (p ág. 48) fator previdenci ário - revoga a aplica ç ão do fator previdenci ário nas aposentadorias** § 7 ° At é 31 de dezembro de 2010, o fator previdenci ário ser á calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribui ç ão do segurado ao se aposentar, segundo a f órmula constante do Anexo desta Lei. § 10. A partir de 1o de janeiro de 2011, o fator previdenci ário n ão ser á mais aplicado ao c áculo do sal ário de benef ício. (NR) Diap

Jorge Caetano Ferminopÿ